

A marcha para o interior



Por FRANCISCO LEANDRO DA COSTA SOARES*

Deslocamentos geográficos das instituições na construção da identidade nacional brasileira: das igrejas cristãs aos batalhões de infantaria

Introdução

A colonização brasileira ao olhar do pensamento geográfico, deu-se por via de dois processos histórico-geográficos. O primeiro deles foi o secionamento do território nacional em Capitanias Hereditárias, ou seja, em 15 faixas horizontais de extensas faixas de terras, cujo comando estava sob um grupo seletivo de gestores (Donatários), escolhidos pela então monarquia absolutista portuguesa do século XV-XVI.

A segunda estratégia, apropriada pela Coroa Portuguesa, pode-se considerar como uma estratégia de recursos múltiplos na finalidade de modificar aquilo que seria, futuramente, o Território Nacional do Brasil. Tal recurso, fundou-se na utilização do Bandeirantismo, das Missões Jesuíticas e da Pecuária. Esses exploradores representavam os interesses de um dos sustentáculos coloniais da época. Os Bandeirantes, representavam os dirigentes monárquicos que tinham interesses na garantia da mão de obra inicial do Brasil, ou seja, a captura dos indígenas na finalidade de servirem como mão de obra nas lavouras de Cana-de-açúcar do Nordeste do país. O segundo segmento, representaria uma bifurcação dos interesses tanto do Rei Português como da Igreja Católica. Para atender os interesses monárquicos, esses tinham a função de descrever e relatar como era o Novo Mundo, em suas características físicas, humanas, sociais, culturais, econômicas, entre outras. No viés da Igreja, esses serviam para a Humanização e a catequização daqueles considerados pagãos e selvagens aos olhos da Bíblia e de Deus. O último segmento, simbolizou a visão da elite nacional em ascensão e expansão no Brasil, no caso, os latifundiários do período açucareira. Esses senhores, utilizavam o gado para abastecer suas necessidades alimentares básicas, desde a carne até o couro bovino. A partir dos dois pontos citados, anteriormente, necessitamos explanar um outro pilar necessário e imprescindível, que podemos chamar de mecanismos exploratórios laborais direcionados a economia. Esses mecanismos em outras palavras, seriam os denominados trabalhos escravos, iniciados pelos povos pré-colombianos e prosseguido pelos negros originários da África. Para Prado Júnior (1979, p. 28), “A América lhe poria a disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do Homem”. Nessa visão, propiciará, a utilização e a exploração do espaço de forma expressiva e ampla, tanto por diferentes segmentos sociais e comerciais, mesmo que isso se tenha dado pelo litoral e aos poucos adentrado o interior do Brasil.

De acordo com Costa (2008, p.1): “As terras americanas e especialmente as brasileiras sempre foram vistas pelos europeus como fonte de recursos de grande valor comercial, fato que explica os objetivos com a colonização e todo o processo de ocupação que aqui se estabeleceu. A América Tropical apresentava uma natureza considerada hostil para os colonizadores por apresentar características diferentes da de seu espaço de origem. No entanto, esta hostilidade passou a ser considerada uma dádiva na medida em que proporcionava uma variedade de recursos naturais propícios à exploração”.

O Velho Mundo perpassava por incontáveis crises em suas bases medievais. O Cristianismo Católico, declinava em seu poder e credibilidade frente as camadas populares; os feudos, antes descentralizados, davam início a formação dos Estados Nacionais centralizados e absolutistas; O ouro e a prata, já não eram mais abundantes para atender as demandas ferozes dos Burgos do Medievo; os conhecimentos religiosos passavam a ser, progressivamente, substituídos pelo Renascimento científico do Século XIV e XV. Assim, estes necessitavam, lançar-se ao inesperado e inexplorado mundo dos Sete Mares, em busca de rotas alternativas e de terras desconhecidas ao até então mundo conhecido. Isso possibilitou a formação de novas

rotas de comércio, pois a principal tinha sido interrompida pela tomada de Constantinopla, em 1453, pelo Império Otomano. Cidade que garantia as trocas comerciais e conectava o Continente Africano, Europeu, Oriente Médio e a Ásia Menor à China e aos Hindus pela conhecida Rota da Seda. Sob o controle dos Otomanos, a Rota de Constantinopla, desfavorecia o comércio entre esses continentes, forçando nesse contexto, a busca por vantajosos aos burgueses e monarquistas do Início da Idade Moderna. Nessa circunstância de procura por tais rotas, foi encontrado a América e em posterioridade, devido a colonização, tivemos a constituição dos diversos países que as três Américas possuem no século XXI, ou seja, os de origem portuguesa, espanhola, francesa e anglo-saxônica.

A Igreja Católica e o Exército na Colônia Portuguesa

Em detrimento da incapacidade de predomínio e ocupação efetiva das Terras Brasis, com os fins de apropriação e de consolidação do Império Português frente as demais potências europeias do início do Capitalismo Comercial (XV-XVI), tais insuficiências, pressionaram este Império a buscar e aplicar medidas de conservação de seu Território. Dentre as estratégias estavam: a ocupação, por meio do desenvolvimento de atividades econômicas direcionadas para a exportação, daí o surgimento dos Ciclos da Economia do Brasil (Pau-Brasil, Cana-de-açúcar, Ouro, Café, entre outros) estes organizados nos famosos arquipélagos econômicos que eram espalhados e descentralizados, estruturalmente, nas diferentes regiões da Colônia.

O desenvolvimento dessas atividades produtivas, possibilitou o surgimento de diversas elites como resultado dessa descentralização, dois fatos. O primeiro, a demanda pela independência colonial em relação a Portugal, tendo como resolução a Independência do Brasil em 1822 por D. Pedro 1. O segundo fato, foi o denominado Período das Revoltas do Império brasileiro, a citar: A Cabanagem no Pará; os Farroupilhas, no Rio Grande do Sul, a Confederação do Equador no Nordeste, entre outras. Estes movimentos revolucionários separatistas, ocorreram por causa da intenção de fragmentar o Império e garantir o surgimento de novos países independentes. Como resultado o governo regencial adotou as seguintes retaliações: Proclamou o Golpe da Maioridade de D. Pedro II na finalidade de unificação e centralização da política do país; em seguida, lançou duras repressões as elites nacionais por via militar e jurídica; junto disso, outra estratégia se remeteu a unificação além de política, mas também geográfica, estrutural, linguística e social como um todo. Por isso, Dom Pedro II e seus conselheiros, expandiram o poder das Instituições como um ato de transformação e de centralização territorial do Brasil. Estas instituições teriam um papel de representar, simbolicamente, os interesses do Estado Nacional. Estas instituições seriam: o Banco do Brasil, os Correios, os Jornais, a Igreja Católica e o Exército em sua perspectiva holística. Em complemento, os monarquistas nacionais, ainda, privilegiariam outros segmentos como a oficialização de uma língua nacional, no caso, o Português; a institucionalização de uma moeda nacional, de uma Bandeira e de uma religião oficial. Os objetivos iriam em integralizar formalmente e pacificamente o Império Nacional. Dentre as condições as que mais se destacaram foram a Igreja e o Exército.

Diante das demais repartições, por quais motivos o Exército e a Igreja foram os mais beneficiados e consolidados? Neste questionamento, necessitamos realizar uma retrospectiva histórica e política na construção e colonização do continente americano. Essa expansão, remete-se aos sucessivos estímulos cedidos pelo poder monárquico precedente aos anos de unificação e de formação dos estados absolutos, nas quais o apoio da Igreja Católica e do Exército foram essenciais na conquista exitosa dos seus reis ibéricos, tanto de Isabel de Castela como de Fernando de Aragão. Estas instituições além do apoio social, político e geopolítico, foram importantes no financiamento das inigualáveis Campanhas Militares nos Reinos de Espanha e de Portugal, junto com a consolidação dos subsídios que estimularam o início das Navegações navais nos séculos XV-XVI.

O retorno e compensação dos investimentos, foram-se estabelecidos privilégios que predominariam os 200 anos iniciais da Colonização das Américas Portuguesas e Espanholas, indo desde o direito de catequização dos povos Pré-colombianos, o direito da monopolização e oficialização do Catolicismo como a religião oficial de ambos as monarquias; ou ainda, a constitucionalização da Igreja sendo uma instituição que facilitaria a unidade destas colônias e esses seriam os olhos e ouvidos do Rei em suas extensões de coloniais. O segundo segmento teve como organização e benefícios, no caso, os Grupos Militares, formados pelas Nobrezas Feudais (Suserania e Vassalagem), tiveram por seus serviços prestados as coroas, os direitos as longas extensões de terras, ou em alguns casos, a formação de cargos burocráticos e públicos, a citar, por exemplo, os de Donatários das Capitanias Hereditárias, os de Auditor municipal, de Deputados eleitos,

indiretamente, de Juízes, diplomatas, entre outros. Tais cargos, estavam condicionados ao Alto Escalão Militar e aos seus mais fiéis aliados. aos militares de baixo escalão, como Soldados, Capitães e Coronéis, restavam-se os cargos de delegados e de cumpridores da ordem e a pacifidade das Colônias, evitando-se os movimentos de rebeldias e de revoluções de Independência nestas regiões.

Desenvolvimento

Os processos metodológicos fundamentam as bases de quaisquer obras científicas. Nisso, nos baseamos, metodologicamente, nas leituras bibliográficas tanto geográficas como históricas, fundadas na construção espacial e temporal do Território Nacional do Brasil. Outro ponto utilizado na construção e escrita do trabalho, vai-se no cunho referencial e bibliográfico, remente a artigos que tratam da Identidade Nacional e os processos que levaram à sua construção, ou seja, a do Brasil. No cunho prático, a pesquisa é básica e teórica, apresentando-se uma discussão plausível das condições referente a Geografia e a História em sua Epistemologia de base. Dessa forma, representamos a opinião do autor e explanamos as bases fundantes tivemos o cuidado explícito de abordar a discussão no entorno do artigo. Sob os resultados, mostrou-nos que o peso e as influências das instituições foram significativas e visíveis o bastante para influenciar na dinâmica e nas características contemporâneas vistas no século XXI, nos cunhos econômicos, políticos, sociais e culturais. Tais fundamentos, norteiam as condições e movimentos que levaram seja pelo Exército e pela Igreja Católica no inicio da República em seus fundamentos Positivistas e subsequentes Neopositivistas vistas na política da Bala, do Boi e da Bíblia.

Considerações finais

Por isso, considerando-se os pontos abordados, atingimos os objetivos e colocações traçadas neste trabalho. Tendo-nos tratados de como se deu a influência destas instituições na formação e consolidação nacional brasileira e nos costumes nas Américas, em especial, nas latino-americanas, com as quais suas atuações foram mais expressivas. Nas perspectivas futuras voltadas a este artigo, buscamos aprofunda-lo em escrita e em bases científicas e geográficas, sob uma base de constructo intelectual e fundante da Epistemologia da Escola Geográfica do Brasil.

***Francisco Leandro da Costa Soares** é graduando em Geografia no IFCE-Campus Crateús

Referências

-
- COSTA, R. R. D. "Paraná: A ocupação do espaço e os mecanismos de apropriação da terra como elementos geradores de conflitos agrários". *PDE*, Paraná, v. 1, n. 1, p. 1-30, set./2007. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo - colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1979.